

Message Text

CONFIDENTIAL

PAGE 01 BRASIL 02478 11 1457Z

46

ACTION ARA-20

INFO OCT-01 ISO-00 AID-20 CIAE-00 DODE-00 PM-07 H-03

INR-10 L-03 NSAE-00 NSC-07 PA-04 RSC-01 PRS-01 SP-03

SS-20 USIA-15 OMB-01 NIC-01 PC-04 DRC-01 /122 W

----- 045527

R 11 1425Z APR 74

FM AMEMBASSY BRASILIA

TO SECSTATE WASHDC 2741

INFO AMEMBASSY MONTEVIDEO

CONFIDENTIAL BRASILIA 2478

E.O. 11652: GDS

TAGS: PINT, BR

SUBJECT: Declaração do ministro da Justiça sobre cassações

1. Nas semanas que precederam o final (em 9 de abril) da suspensão por 10 anos dos direitos políticos do primeiro grupo de pessoas que receberam esse tratamento – grupo que inclui Quadros, Goulart e Brizola –, houve certa dose de especulação moderada na imprensa sobre o efeito que o final do prazo poderia ter. Uma sugestão, vista por alguns como balão de ensaio do governo, veio do senador Daniel Krieger, da Arena, que anunciou que um estudo conduzido por ele demonstrava que os cassados tinham o direito de votar mas não poderiam se candidatar a cargos eletivos porque a lei os proíbe de pertencer a partidos políticos. O presidente do MDB, Ulysses Guimarães, declarou, diante disso, que eles seriam bem-vindos em seu partido. Subseqüentemente (3 de abril), o ministro da Justiça Armando Falcão, respondendo a perguntas da imprensa, declarou que a questão não estava em estudos em seu ministério.

2. Em 9 de abril, Falcão divulgou uma declaração, da qual segue tradução informal: “O ministro da Justiça vem recebendo perguntas de jornalistas quanto à situação criada no momento em que

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

PAGE 02 BRASIL 02478 11 1457Z

AN END, WITH REGARD TO SOME CITIZENS, THE PERIOD OF

Page 2

se esgotar o prazo de 10 anos estabelecido pelos atos revolucionários que cassaram mandados eleitorais e suspenderam direitos políticos”.

“O ministro Armando Falcão declara, quanto a isso, que o governo não relaxou e não relaxará a vigilância que lhe cabe exercer permanentemente, em nome dos princípios e interesses revolucionários, de modo que o movimento de 31 de março de 1864 continue a produzir seus efeitos benéficos para o povo e a nação”.

“A revolução é permanente e não depende de prazos para reafirmar sua presença em todos os fatos da vida nacional”.

“Não existe, portanto, qualquer significado especial no esgotamento do prazo de determinadas medidas, de forma e fimdo revolucionário, preventivas ou repressivas, que são sempre suscetíveis a rápida renovação caso isso se torne necessário”.

“Quem quer que tenha sofrido punição e, em território nacional, no curso dessa punição ou depois dela, tenha se engajado em atividades pessoais neutras e não tenha tentado, aberta ou veladamente, perturbar o processo revolucionário certamente poderá manter sua situação atual”.

“A revolução, enquanto isso, com a expiração de prazos ou sem ela, de maneira alguma permitirá o retorno dos responsáveis pela situação que ameaçava causar caos no país”.

“Desafios e contestações não serão aceitos, e o governo saberá como usar os instrumentos legais, ordinários e excepcionais, de que dispõe para continuar garantindo, na máxima medida, a ordem, paz e estabilidade que são vitalmente responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil”.

3. O que suscitou a perspectiva de um teste foi a informação reportada, de acordo com um jornal local, pela UPI, em Montevideu, que em resumo indicava que Goulart pretende voltar ao Brasil, de acordo com seu porta-voz (Goulart, como exilado, não concede entrevistas), mas não sabe ao certo quando, e pode viajar primeiro à Europa.

4. Até onde sabemos, a declaração de Goulart foi feita antes que ele pudesse ter sido informado sobre a fala de Falcão. Goulart

Page 3

Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 30 JUN 2005

Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 30 JUN 2005

ou qualquer dos outros condenados pode optar por testar a questão, de qualquer forma, mas a declaração de Falcão não deixa espaço para duvidar da determinação do governo a esse respeito. Sua referência a instrumentos legais ordinários e de exceção parece se sobrepôr à discussão que vinha surgindo aqui sobre o escopo e interpretação exatos das diversas leis que regulam a atividade política das pessoas afetadas. O pronunciamento também deixa claro que, embora o governo Geisel possa ter mudanças em mente, não pretende que sejam geradas ou impostas por pessoas como Goulart e Brizola. A rejeição por Falcão a “contestações” ecoa em parte as declarações de Geisel em discurso feito em 19 de março, no qual ele pedia por uma “ampliação do diálogo marcado pela honestidade e respeito mútuo”, mas rejeitava, igualmente, o espírito de contestação.

5. Como indicação paralela quanto às deliberações internas da administração, apontamos que uma das frases da declaração de Falcão parece representar resposta a um comentário feito pelo deputado Clovis Stenzel, da linha dura da Arena, segundo o qual a “indicação de Falcão como ministro da Justiça significava o relaxamento da revolução”. Como disse sobre Falcão o prestigioso colunista político Carlos Castello Branco, “ele trabalha para acalmar”.

6. Com base na declaração de Falcão, antecipamos que será autorizado à maioria dos “ex-cassados”, como diz a expressão local, levar vidas comuns em todos os sentidos, entre os quais o de uma participação política limitada (e ainda indefinida). Mas sua atividade e preeminência serão severamente reprimidas. Por outro lado, os que forem considerados como responsáveis primários pelo

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

PAGE 04 BRASIL 02478 111457Z

caos anterior a 1964 constitui uma categoria separada, e relembrando o discurso de Geisel (19 de março), do mesmo teor, o governo tomará todas as medidas para usar os canais legais ordinários, mas o AI-5 continuará em reserva para uso em caso de necessidade essencial.

CRIMMINS

CONFIDENTIAL

NNN

Page 4

Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 30 JUN 2005

Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 30 JUN 2005

Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 30 JUN 2005

Message Attributes

Automatic Decaptioning: X

Capture Date: 01 JAN 1994

Channel Indicators: n/a

Current Classification: UNCLASSIFIED

Concepts: HUMAN RIGHTS, LAW, AMENDMENTS, SUFFRAGE, POLITICAL PARTIES, MINORITIES

Control Number: n/a

Copy: SINGLE

Draft Date: 11 APR 1974

Decaption Date: 01 JAN 1960

Decaption Note:

Disposition Action: RELEASED

Disposition Approved on Date:

Disposition Authority: GolinoFR

Disposition Case Number: n/a

Disposition Comment: 25 YEAR REVIEW

Disposition Date: 28 MAY 2004

Disposition Event:

Disposition History: n/a

Disposition Reason:

Disposition Remarks:

Document Number: 1974BRASIL02478

Document Source: CORE

Document Unique ID: 00

Drafter: n/a

Enclosure: n/a

Executive Order: GS

Errors: N/A

Film Number: D740084-0282

From: BRASILIA

Handling Restrictions: n/a

Image Path:

ISecure: 1

Legacy Key: link 1974/newtext/t19740449/aaaabsmv.tel

Line Count: 161

Locator: TEXT ON-LINE, ON MICROFILM

Office: ACTION ARA

Original Classification: CONFIDENTIAL

Original Handling Restrictions: n/a

Original Previous Classification: n/a

Original Previous Handling Restrictions: n/a

Page Count: 3

Previous Channel Indicators: n/a

Previous Classification: CONFIDENTIAL

Previous Handling Restrictions: n/a

Reference: n/a

Review Action: RELEASED, APPROVED

Review Authority: GolinoFR

Review Comment: n/a

Review Content Flags:

Review Date: 09 SEP 2002

Review Event:

Review Exemptions: n/a

Review History: RELEASED <09 SEP 2002 by boyleja>; APPROVED <06 FEB 2003 by GolinoFR>

Review Markings:

Declassified/Released

US Department of State

EO Systematic Review

30 JUN 2005

Review Media Identifier:

Review Referrals: n/a

Review Release Date: n/a

Review Release Event: n/a

Review Transfer Date:

Review Withdrawn Fields: n/a

Secure: OPEN

Status: NATIVE

Subject: JUSTICE MINISTER'S STATEMENT ON CASSATIONS

TAGS: PINT, BR

To: STATE

Type: TE

Markings: Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 30 JUN 2005

Tradução: Paulo Mgliatti